

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Sâmara Thais Lima Santos  
Faculdades Verde Norte – FAVENORTE  
Porteirinha, Minas Gerais – Brasil  
[samarathais1002@gmail.com](mailto:samarathais1002@gmail.com)

Janine Morais Pereira  
Faculdades Verde Norte – FAVENORTE  
Porteirinha, Minas Gerais – Brasil  
[janinemorais@yahoo.com.br](mailto:janinemorais@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O atual cenário de pandemia provocado pelo vírus SARS-CoV-2 coloca em pauta a necessidade de adaptação das atividades escolares, realizadas tradicionalmente de forma presencial, para a nova medida de ensino remoto emergencial. Portanto, este estudo teve como objetivo descrever os desafios enfrentados pelos alunos portadores de necessidades especiais no âmbito escolar, considerando o contexto de pandemia e aulas remotas que potencializam essas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Para a coleta de dados foi realizada uma busca por obras científicas nas bibliotecas eletrônicas SciELO e Google Scholar, a partir dos descritores: pandemia; ensino remoto emergencial; educação inclusiva e processo de ensino-aprendizagem. Os resultados evidenciaram que a crise econômica, política e de saúde sofrida pelo país acentua as desigualdades de acesso e de educação no que tange os alunos portadores de necessidades especiais. Conclui-se que a escola, os pais e o Estado devem trabalhar juntos a fim de promover uma educação integral para esses sujeitos, fazendo cumprir os direitos e deveres presentes na Constituição Brasileira.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Ensino remoto emergencial, Pandemia COVID-19, Processo de ensino-aprendizagem.

**INTRODUÇÃO**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou como pandemia a síndrome respiratória aguda provocada pelo SARS-CoV-2 (PEREIRA et al., 2020), ficando conhecida como COVID-19 por ter sido seu primeiro caso divulgado em dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Buscando manter as medidas de proteção contra a COVID-19, ocorreu a suspensão de aulas presenciais e outras atividades. Assim gestores, professores, familiares e discentes tiveram que buscar diferentes formas de adaptar o ensino, que antes se fazia tradicionalmente presencial, para a nova realidade de ensino remoto emergencial (APPENZELLER et al., 2020).

Entretanto, percebe-se que esse momento trouxe consigo inúmeros desafios com o uso de novas formas de estratégias pedagógicas, tais como a capacitação docente, preocupação quanto aos recursos tecnológicos dos estudantes e a necessidade de adaptação destes (APPENZELLER et al., 2020). Não obstante, nota-se que os alunos que possuem algum tipo

de deficiência enfrentam mais dificuldades com o novo modelo de ensino quando comparado àqueles sem alguma deficiência.

Ora, se a realização de uma educação inclusiva nas escolas antes da pandemia já era dificultosa, enfrentando ainda alguns estigmas e segregações (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019), nesse momento específico evidenciam-se outras dificuldades somadas àquelas, onde o suporte antes oferecido se torna tanto imprescindível quanto escasso.

O Estado, nesse sentido, tem o dever de proporcionar à criança e ao adolescente uma educação pública e gratuita, além de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, conforme aponta o art. 54, parágrafo III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Sabendo dos impactos negativos causados pela pandemia no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, especialmente aos alunos da educação especial inclusiva, o presente estudo tem como objetivo descrever os principais desafios desencadeados por esse cenário vivenciado na educação de alunos portadores de necessidades especiais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativa e com o objetivo de pesquisa exploratória. Inicialmente, foi realizado um levantamento de textos científicos na literatura a partir das bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Scholar. Foram utilizados os descritores: pandemia, ensino remoto emergencial, educação inclusiva e processo de ensino-aprendizagem.

Os artigos foram selecionados mediante aos seguintes critérios de inclusão: ano de publicação entre 2010 e 2021; título da obra, resumo (abstract) e palavras-chave relacionados com o tema proposto; disponibilidade online; acesso aberto e idioma em português. Os processos de designação e análise das obras foram realizados, conforme aponta Andrade (2006), através da leitura prévia, leitura seletiva, leitura crítica e leitura interpretativa, a fim de mapear informações úteis, absorver o conteúdo, identificar relações e formular sínteses.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No Brasil, o início de um atendimento escolar voltado à inclusão de pessoas com necessidades especiais se deu no ano de 1854, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro (RJ) – marco que amenizou os grandes preconceitos voltados à educação e profissionalização de deficientes (OTTONI; CORDEIRO; OTTONI, 2015). Contudo, a educação inclusiva só foi instaurada de fato no ensino regular em 1996, com a Lei

de Diretrizes Básicas (LDB) (SILVA, 2021). Até então, esses indivíduos eram tidos como sujeitos incapazes de ocupar uma sala de aula em conjunto com as outras crianças consideradas “normais”.

Apesar de haver a intenção de transformar a escola em um espaço de inclusão e adaptação do ensino para abranger a todos os alunos, esse processo de redefinição das políticas educativas enfrentou inúmeras barreiras para a sua consolidação no Brasil (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011). Neste sentido é implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2008), visando promover políticas públicas de acesso à uma educação de qualidade por todos os alunos. A partir desse momento de conquista, estratégias foram sendo traçadas e seguidas para que a escola pudesse acomodar todos os indivíduos, fazendo com que o ensino fosse abrangente e integral.

Entretanto, a crise econômica e política vivenciada pelo país desde meados de 2016, somada aos retrocessos causados pela pandemia, potencializaram as dificuldades enfrentadas pela inserção e funcionamento das políticas de educação inclusiva nos âmbitos educacionais (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021). Neste sentido, os recursos limitados das instituições agora são substituídos pelos recursos próprios estudantis, tendo em vista que o atual ensino remoto emergencial se dá majoritariamente através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Contraditoriamente, enquanto pesquisas mostram o constante aumento do acesso à internet pela população brasileira, especialmente por meio dos smartphones, há um grande número de cidadãos sem acesso à educação (ZADUSKI et al., 2018). Sendo assim, surge a extrema necessidade de haver uma adaptação e criação de outras possibilidades para que o aprendizado ocorra integralmente (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Raasch e Cristofoleti (2020) afirmam que o papel de mediador atribuído ao professor é acentuado no momento de pandemia. Partindo da visão de Lev Vygotsky (1896-1934), o professor deve atuar facilitando a aprendizagem do aluno, ou seja, possibilitando que o mesmo alcance níveis cada vez maiores de resolução de dificuldades, agindo como mediador entre a criança e o mundo (RABELLO; PASSOS, 2010).

Importante ressaltar que, enquanto o aprendizado de uma criança sem deficiência se dá através da interação entre os aspectos biológicos e culturais, a criança portadora de alguma necessidade especial vivencia uma divergência neste processo, fazendo necessária uma intervenção diferenciada no processo de aprendizagem (RAASCH; CRISTOFOLETI, 2020).

Dessa forma, Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021) reforçam essa ideia ao argumentar que, no âmbito da educação especial, o Estado não participou na formulação de atividades escolares remotas. A falta de estratégias determinadas pelo governo dificultou a criação de novas possibilidades. Assim, foram as instituições escolares, os movimentos sociais e individuais que impulsionaram a democratização do acesso à educação durante o isolamento social, buscando amenizar os impactos causados pela pandemia nos âmbitos educacionais (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Além disso, não cabe apenas a transmissão de conteúdos curriculares no processo de educar, os laços afetivos também compõem este processo (RAACH; CRISTOFOLETI, 2021). A afetividade, postulada como importante aspecto na construção da aprendizagem pelo psicólogo e filósofo Henri Wallon (1879-1962), se torna evidente em uma pesquisa feita por Raach e Cristofoleti (2021) onde a professora expõe a proximidade e cumplicidade dela com seu aluno, laços que se tornaram imprescindíveis para a consolidação da relação professor-aluno e, conseqüentemente, do melhor aproveitamento acadêmico.

Em se pensando nas relações estabelecidas entre professores e alunos, percebemos por meio das conversas via WhatsApp com os professores, que essas relações ultrapassam o compromisso profissional, o cuidado e o zelo que normalmente são dispensados aos alunos com alguma deficiência. A afetividade que percebemos nas relações está baseada em saber incluir o outro independente de sua deficiência, buscando reduzir o impacto emocional causado pelo distanciamento social e a ruptura de rotina escolar (RAACH; CRISTOFOLETI, 2020, p. 14-15).

Outrossim, o apoio da família tem sido fator crucial para o bom desempenho escolar dos portadores de necessidades especiais e, apesar de não haver práticas de ensino no espaço físico tradicional, o trabalho em equipe da tríade pais/professores/alunos promovem não somente a aprendizagem da criança e do adolescente, como também a sua inclusão (RAACH; CRISTOFOLETI, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva no Brasil tem sido pauta de grandes desafios e conquistas. Entretanto, o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais ocasionados pela pandemia do COVID-19 obrigou uma reinvenção de estratégias de ensino em todas as esferas constituintes da comunidade escolar. Porém, esse cenário caótico coloca em risco os direitos já conquistados pela população portadora de necessidades especiais, já que a vulnerabilidade e a exclusão acentuados pelas desigualdades econômicas e sociais obstrui a educação para todos.

Para que os impactos causados pela pandemia na aprendizagem estudantil desses sujeitos sejam amenizados, é preciso que haja uma harmonia entre a comunidade escolar, ou

seja, uma colaboração efetiva na relação pais-professores-alunos, de forma a promover o conhecimento através da tridimensionalidade constituinte. As instâncias governamentais, neste sentido, devem impulsionar ainda mais as propostas de inclusão nos espaços educacionais neste momento de pandemia.

Igualmente, faz-se indispensável uma atenção maior voltada a esses fatores, considerando que a educação deve ocorrer de forma integral, ou seja, abrangendo todos os grupos e minorias inseridas nas instituições de ensino, de forma inclusiva e humanizada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APPENZELLER, Simone et al. Novos tempos, novos desafios: estratégias para equidade de acesso ao ensino remoto emergencial. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022020000500201&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500201&tlng=pt)>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; SPINAZOLA de Cássia, Cariza; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n1.p151>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200010>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362019000100203&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362019000100203&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

OTTONI, Máximo Alessandro Mendes; CORDEIRO, Silvana Mendes; OTTONI, Soraya Cavalcante Nunes. Políticas de educação inclusiva no Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 14, n. 1, p. 129-137, 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/download/1966/2084>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

PEREIRA, Mara Dantas et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e652974548-e652974548, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

RAASCH, Leida; CRISTOFOLETI, Rita de. Educação inclusiva em tempos de pandemia: algumas reflexões sobre o ensinar e o aprender. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34386/23068>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

RABELLO, Elaine T.; PASSOS, José Silveira. Vygotsky e o desenvolvimento humano. **Academia Edu**. 2010. Disponível em: <<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

SILVA, Wéberton Henrique Vieira da. Educação inclusiva em tempos de pandemia: um estado da arte. Trabalho de Conclusão de Curso. **Instituto Federal Goiano**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1731>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

ZADUSKI, Jeong Cir Deborah et al. Educação a distância no Brasil e o novo decreto. **CIET:EnPED**, São Carlos, maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/771>>. Acesso em: 15 maio 2021.